*Artigo

Semana da Conciliação

A 12ª Semana Nacional de Conciliação, realizada entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro foi criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2006. A semana é um marco para a conciliação no Brasil, já que é um convite para os Tribunais realizarem uma triagem nos processos que têm condições de serem resolvidos a partir de um acordo entre as partes.

Resolver os conflitos de forma célere e com resultado praticamente imediato é um caminho eficaz se comparado ao desgaste típico ao processo judicial, que pode se arrastar por anos e nem sempre chegar a uma decisão que agrade a uma das partes, e até mesmo aos dois polos da ação.

Promover a conciliação não significa que se desmereça o papel do Poder Judiciário na solução dos conflitos, afinal, a atuação desse poder é essencial para a sociedade e para a organização do Estado. O Poder Judiciário também possui a competência para dirimir sobre os direitos indisponíveis, que são aqueles que as partes não podem dispor.

Mas em relação à conciliação é oportuno destacar que esse procedimento é uma oportunidade de as partes interessadas utilizarem da racionalidade e da inteligência para entrar em um acordo sobre determinado tema que lhe seja causa de conflito.

É bem verdade que vivemos uma incisiva cultura de litigio, na qual a percepção coletiva está pautada pela solução imposta pela força jurisprudencial. Dificilmente em uma discussão de trânsito, ou na inadimplência de uma prestação debitória os conflitantes vão apelar para a conciliação como método de solução do problema. É mais comum nesses momentos de calor das emoções, que os envolvidos se ofendam e falem em ir buscar seus direitos, que haverá processo, que o "culpado" terá que pagar.

Como advogado me chama muito atenção a frase "vou buscar meus direitos". Afinal, essa proposição indica a ideia que o Direito parece ser uma espécie de néctar sagrado guardado em uma caixa inacessível, que poucos oráculos conseguem encontrar.

Por muito tempo essa foi a ideia que se teve do Direito, como algo reservado, inacessível, protegido por forças quase que sagradas. Mas a conciliação vem nos mostrar que o Direito é uma realidade que permeia a existência em sociedade. Não há paz social se não houver consciência dos Direitos e da devida prática dos deveres.

Entender o Direito como uma garantia que depende do protagonismo de cada indivíduo é o que dá sentido a conciliação. Pois o acordo firmado entre as partes interessadas só tem validade porque é pautado pelos princípios gerais e fundamentais do Direito, e porque pressupõe o dever de cada parte envolvida na celeuma em cumprir o acordo que firmarem.

Enquanto indivíduos que vivemos em sociedade precisamos nos libertar das ideias equivocadas de que a paz social seja privilégio desfrutado por uma minoria. Essa é uma realidade que precisamos almejar de forma coletiva, e para que isso se difunda é essencial a divulgação maciça da importância que métodos como conciliação, mediação e arbitragem possuem para a praticidade do Direito e da vida das pessoas.

Que esta Semana da Conciliação sirva como tempo oportuno de reflexão e de ação, na qual possamos encontrar soluções práticas, céleres, eficazes, inteligentes e sábias para os conflitos que porventura ora se arrastam.

Leonardo Campos é presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT).

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Thiago L. Machado
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Sindicato Rural terá eleição de diretoria

O Sindicato Rural de Tangará da Serra fará nesta quinta-feira, 30, a eleição para compor nova diretoria, conselho fiscal e seus respectivos suplentes para o triênio 2018/2020. O processo eleitoral será de 7h30 às 19h30, na sede da entidade. O atual presidente, Reck Junior, lidera a chapa única, em busca da reeleição. A frente do Sindicato desde 2015 (triênio 2015-2017) e com o lema "Diversificar, Integrar, Verticalizar para Fortalecer", a diretoria firmou compromisso não apenas com o setor rural, mas com a sociedade como um todo, já que visa fomentar a macroeconomia por meio da integração intermunicipal. Também unificou esforços com entidades diversas para expor as reais necessidades da região Oeste Mato-grossense. O Sindicato Rural representa os interesses dos produtores de alimentos e, por isso, é muito importante que todos os associados compareçam e registrem os seus votos. Além disso, o Sindicato também é responsável pela organização da Exposerra, e também, por meio de parcerias se destaca por oferecer cursos profissionalizantes para trabalhadores e produtores rurais da região.

PIS/Pasep

Mulheres acima de 62 anos e homens acima dos 65 podem sacar o PIS/Pasep dos idosos. Correntistas desta faixa etária da Caixa ou do Banco do Brasil já receberam o depósito. Quem não tem conta nestes bancos pode procurar atendimento nas agências destes dois bancos para buscar o valor, com documento de identificação.

Pagamento

O pagamento foi antecipado. Ele estava previsto para começar no dia 14 de dezembro. Mais de 2 milhões de trabalhadores terão acesso aos recursos, que somam quase R$ 4 bilhões nesta fase. Além desse público, os pagamentos também estão liberados para aposentados, idosos acima de 70 anos e os herdeiros de cotistas falecidos.

Inadimplência

Segundo dados do Serasa Experian, em outubro foram registrados mais de 61 milhões de consumidores inadimplentes, ou seja, com contas em atraso há mais de 90 dias, o que representa o maior contingente da série histórica iniciada há cinco anos. Esse número é 4,45% maior do que o registrado em outubro do ano passado.

Modesto

Para o professor de economia Marcelo Anache, essa inadimplência terá consequências negativas sobre o consumo no Natal. "São mais de 60 milhões de pessoas com contas em atraso que vão repensar antes de realizar uma nova compra no Natal. Com certeza, o que mais pesou nisso foi o desemprego. Acreditamos que a entrada do 13º salário alivie um pouco essa situação", analisa o professor.

*Bastidores da Política

Liminar

O juiz Marcos Terencio Agostinho Pires, da 5ª Vara Cível da Comarca de Tangará da Serra, concedeu medida liminar determinando que a Secretaria Municipal de Saúde recontrate dois médicos que foram demitidos durante a greve dos servidores públicos municipais. A informação foi publicada ontem no site Tangará em Foco.

Mandado

Segundo o informativo, após a demissão, o Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso ingressou com mandado de segurança coletivo contra o secretário Itamar Bonfim afirmando haver "suposto ato ilegal consistente na demissão arbitrária de dois médicos(...), os quais aderiram ao regime de greve dos servidores".

Decisão

Na decisão, o juiz destaca que as demissões, assinadas por Bonfim, "foram fundamentadas de maneira genérica, sem precisar quais as motivações da demissão dos servidores, justificando-se na cláusula oitiva, inciso III do contrato de pessoal de prestação de serviços por tempo determinado (...)", diz trecho do processo.

Recurso

Diante da documentação apresentada pelo Sindicato, o juiz deferiu a liminar e determinou que a Secretaria de Saúde recontrate os médicos demitidos. Ao site, o prefeito Fábio Junqueira (PMDB) disse que a decisão não será cumprida e que a Prefeitura entrará com recurso no Tribunal de Justiça contra a decisão.

TCE MT

O Tribunal de Contas de Mato Grosso definiu a pauta da última sessão ordinária do pleno no mês de novembro, com julgamento de 56 processos. Entre processos incluem-se contas anuais de governo e de gestão de municípios e câmaras de vereadores, e consulta formulada pelo Instituto de Previdência dos Servidores de Tangará da Serra.

Conquista

Os municípios mato-grossenses devem receber no próximo mês R$ 36.518.22,69 referentes ao Auxílio Financeiro aos Municípios-AFM. O repasse foi anunciado pelo presidente da República, Michel Temer, durante a mobilização dos prefeitos em Brasília. O recurso será liberado para as 141 prefeituras por meio do FPM.

Aporte

"Esse aporte financeiro permitirá aos municípios fechar o primeiro ano de gestão com um alívio no orçamento, além de garantir recursos para a folha de pagamento dos servidores e os fornecedores das prefeituras", explicou o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, que participou da articulação.

Montante

De acordo com um estudo realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), as cidades que receberão o maior montante serão Cuiabá (R$ 3.092.783,51), Rondonópolis e Várzea Grande (R$ 1.268.372,03 cada). A maior parte dos municípios de Mato Grosso participa do bolo com o menor coeficiente, 06%, e receberão R$ 139.138,27.

LOA 2018 já recebeu 50 emendas

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA 2018) em tramitação na Assembleia já recebeu 50 emendas, entre elas, duas de autoria de lideranças que devem destinar R$ 100 milhões para o Fundo Estadual de Saúde e R$ 50 milhões para o fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura. E de acordo com o cronograma, a primeira audiência pública para debater a LOA será realizada nesta terça, 28. A expectativa é que a matéria seja analisada em 1º votação em 5 de dezembro. Ainda será necessária uma 2ª votação, prevista para 7 de dezembro. No entanto, o presidente da CCJR, deputado Pedro Satélite (PSD), afirma que a conclusão da votação deve ocorrer antes do recesso parlamentar, previsto para começar em 23 de dezembro.